

ESCOLAS DO CAMPO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS MULTI-IDADES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Natacha Eugênia Janata[1]
Edson Marcos de Anhaia[2]
Roberto Antônio Finatto[3]

Círculo de Saber: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do campo, das águas e das florestas

Resumo: Este trabalho aborda o tema das escolas e turmas multisseriadas do campo da rede estadual de ensino de Santa Catarina, no intuito de demarcar quantitativamente a sua existência e abrangência para, assim, refletir sobre as condições que as conformam historicamente. A metodologia incluiu o estudo de materiais bibliográficos e normativos sobre o tema, além do levantamento de dados no sistema Educação na Palma da Mão, da Secretaria de Estado da Educação (SED). Os resultados apontam para o fechamento de 920 unidades escolares do campo no estado (federais, estaduais, municipais e privadas), entre 2007 e 2023 — uma redução de aproximadamente 47% do total de escolas. No mesmo período, o número de matrículas, por sua vez, apresentou redução de pouco mais de 16%. Em 2025, a rede estadual de ensino possui 291 escolas do campo (incluindo quilombolas e indígenas), com 3.440 turmas e 54.385 matrículas. Destas, 70 possuem organização multisseriada, com 378 turmas e um total de 1.431 matrículas. As escolas estão localizadas em diferentes regiões do estado.

Palavras-chave: Forma escolar; Multissérie; Educação do Campo.

Introdução

Este texto apresenta dados parciais da pesquisa intitulada “Formas de organização escolar e agrupamentos humanos: potencialidades das experiências escolares do Campo e Indígenas para organização do trabalho pedagógico”, aprovada na Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com período de execução entre dezembro de 2023 e dezembro de 2026. Trata-se de uma iniciativa interinstitucional,

[1]Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: natacha.janata@ufsc.br
[2] Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail:edson.anhaia@ufsc.br
[3] Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: roberto.finatto@ufsc.br



integrando cinco instituições de ensino superior, federais e estaduais, em Santa Catarina e no Paraná: Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul (UFFS), sob a coordenação da primeira.

A questão que orienta a investigação é a seguinte: quais os potenciais e impactos educacionais produzidos pelas experiências escolares do campo e indígenas catarinenses e paranaenses para a organização do trabalho pedagógico, o desenvolvimento humano e a aprendizagem? Assumindo como foco experiências específicas de organização escolar, a escolha foi pela análise de escolas organizadas em multi-idades, denominadas, mais comumente, por multisseriadas e multianos, bem como por ciclos de formação, nos sistemas catarinense e paranaense.

Neste trabalho, abordamos as escolas e/ou turmas multisseriadas do campo[4] da rede estadual de ensino de Santa Catarina, região Sul do Brasil, no intuito de demarcar quantitativamente a sua existência e abrangência, para, assim, refletir sobre as condições que as conformam historicamente. Destaca-se que a organização escolar multi-idade é histórica no campo brasileiro, sendo necessário, portanto, melhor compreendê-la para qualificar o trabalho pedagógico e o processo de ensino e aprendizagem nestas instituições.

O texto apresenta as bases históricas da existência das escolas multisseriadas, caracteriza as escolas e turmas multisseriadas e aporta reflexões sobre as condições atuais de funcionamento, considerando pesquisas e produções acadêmicas, bem como o impacto do fechamento de escolas do campo no estado. Por fim, como considerações finais anunciamos possibilidades das turmas multisseriadas como forma escolar no sentido de resguardar a permanência do funcionamento das escolas próximas das comunidades e inseridas nos territórios.

[4] Os dados apresentados neste texto sobre as escolas com turmas multisseriadas do campo incluem também as escolas indígenas e quilombolas.



Percurso metodológico

Tomando como ponto de partida os pressupostos do materialismo histórico dialético, no âmbito da referida pesquisa efetuamos, na primeira etapa, um aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos com o intuito de viabilizar uma apropriação e definição coletiva dos conceitos e categorias para a análise. Nesse sentido, foram desenvolvidos estudos sobre o desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural, sobre a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena e as formas históricas de educação escolar no Brasil. Além disso, elaboramos um levantamento e sistematização dos marcos legais sobre a Educação do Campo e a Educação Escolar Indígena.

Para a sistematização das informações aqui apresentadas, realizamos um levantamento quantitativo na base de dados da Secretaria de Estado da Educação (SED), denominada Educação na Palma da Mão[5], a fim de elaborar uma caracterização das escolas com turmas multi-idades do campo (multisseriadas, multianos, ciclos de formação humana) da rede estadual de Santa Catarina. As informações quantitativas apresentadas ao longo do texto são oriundas desta base de dados.

O sistema Educação na Palma da Mão fornece dados variados sobre a educação do estado. Por meio da aplicação de diferentes filtros, é possível acessar informações como o número total de matrículas, turmas, professores e unidades escolares da rede estadual de ensino no período histórico de 2007 a 2023 e do ano de 2025. Os dados relativos à Educação do Campo estão organizados em: matrículas nas escolas do campo, matrículas dos estudantes residentes na área rural e professores nas escolas do campo.

As escolas multisseriadas no campo brasileiro

[5] Base de dados desenvolvida em 2019 a partir de uma parceria da Secretaria de Estado da Educação com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). Disponível em https://www.sed.sc.gov.br/educacao-na-palma-da-mao/.



Os artigos 23 e 24 - inciso IV da Lei Nº 9394/96, que institui as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996) ratificam diretrizes que fornecem bases legais para a existência de formas diversas de organização curricular. No artigo 23 consta que, sempre que a necessidade de aprendizagem recomendar, é possível a "organização por séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios". Já o artigo 24, ao estabelecer regras comuns para a educação básica, no inciso IV, afirma que "poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares." (Brasil, 1996, s/p.).

Após quase 30 anos de aprovação da lei que regulamenta a educação brasileira, a existência de turmas com um funcionamento que agrupa crianças de diferentes idades e níveis educacionais, sob a docência de uma única pessoa, ainda é tema pouco presente nas políticas públicas educacionais brasileiras.

Destacamos que em 24/07/2025 foi publicada, pelo governo federal, a Portaria MEC Nº 538 instituindo a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - o Novo Pronacampo, com um eixo denominado "Promulti: Escolas Multisseriadas" (Brasil, 2025). Como consta na página virtual do Ministério da Educação, estão previstas ações voltadas ao desenvolvimento de materiais pedagógicos e tecnológicos específicos para as escolas multisseriadas, a fim de "assegurar o reconhecimento das heterogeneidades de sujeitos, dos métodos e das modalidades da educação brasileira, garantindo que professores e educandos tenham seus saberes e práticas educativas reconhecidas." (Brasil, 2025, s/p.).

Conforme Santos e Moura (2010) e Hage (2010) esta forma de escolarização está presente na educação brasileira desde a expulsão dos jesuítas, com a consequente adoção das professoras leigas que eram contratadas pelos donos das fazendas para ministrarem aulas a seus filhos e, posteriormente, com a adoção do ensino mútuo, após a Lei Geral do Ensino ser promulgada, em 1827.

Embora presente historicamente na educação brasileira, as condições das escolas multisseriadas ainda são muito precárias, com poucos investimentos na infraestrutura predial, com necessidade de uma formação pedagógica que esteja



conectada com essa especificidade de organização curricular, além da necessidade de valorização docente no aspecto salarial e da carreira, como apontado em diferentes textos presentes no livro organizado por Hage e Antunes-Rocha (2010). Ainda assim, há educadores, gestores e comunidades dessas escolas desafiando as condições em que se encontram e realizando diversas experiências educativas na busca por superar tais desafios, transgredindo com o paradigma seriado urbano (Hage, 2014).

Outro fator a se destacar, com base em Maia (2021), é a inexistência de legislação federal que regulamenta critérios para a organização das turmas multisseriadas, como o número e a distribuição de estudantes por turma, o tamanho das salas de aula, o número de docentes e funcionários atuando na instituição, entre outros aspectos. Essa condição indica a relevância do estabelecimento de parâmetros para o atendimento com qualidade nas escolas multisseriadas, reforçando a importância dessa organização escolar no sentido de garantia de acesso à escolarização em territórios do campo, das águas e das florestas[6], indígenas e quilombolas.

As escolas estaduais multisseriadas no campo em Santa Catarina

Os dados derivados do Censo Escolar e disponíveis no *site* Educação na Palma da Mão apresentam um recorte da evolução das matrículas tomando como referência o período de 2007 a 2023. No ano de 2007, o estado computava um total de 1.960 unidades escolares no meio rural, com um total de 124.797 matrículas, sendo 604 (0,48%) matrículas na dependência administrativa privada, 1.753 (1,4%) na dependência administrativa federal, 38.850 (31,13%) matrículas na dependência estadual e 83.590 (66,98%) matrículas na dependência municipal. Quando analisamos os mesmos dados no ano de 2023, constatamos um total de 1.031 unidades escolares e 104.754 matrículas, sendo 2.576 (2,46%) matrículas na

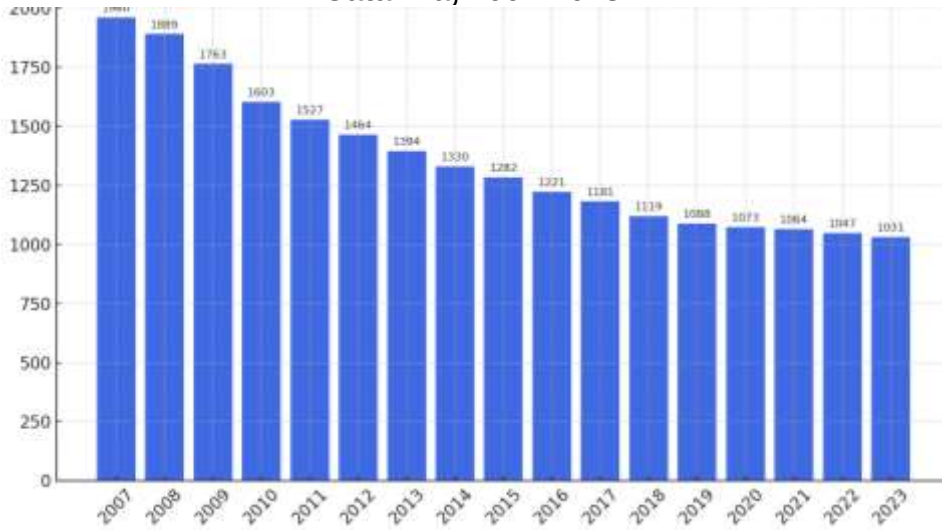
[6] A Portaria MEC nº 538/2025 define que a população do campo, das águas e das florestas abrange "agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, comunidades de fundos e fechos de pastos, geraizeiros, faxinalenses, pomeranos, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, ilhéus, caiçaras, pantaneiros e outros povos e comunidades que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural" (Brasil, 2025)



dependência administrativa privada; 1.092 (1,04%) matrículas na dependência administrativa federal, 25.979 (24,8%) na dependência estadual e 75.107 (71,7%) na dependência administrativa municipal.

O gráfico a seguir apresenta o número de escolas localizadas no meio rural entre 2007 e 2023 no estado de Santa Catarina, com destaque para a diminuição, a cada ano, no número de instituições de ensino.

Gráfico 01: Número de unidades escolares localizadas no meio rural em Santa Catarina, 2007-2023



Fonte dos dados: Censo Escolar/SISGESC/SED-SC (vários anos). Disponível no *site* Educação da Palma da Mão. Organizado pelos autores.

A primeira constatação que destacamos é o fechamentos de 920 unidades escolares, uma redução de aproximadamente 47% do número total de escolas; o número de matrículas, por sua vez, apresentou uma redução de pouco mais de 16%. Os dados evidenciam a política de fechamento de escolas do campo.

Em grande medida, o fechamento é resultado do processo da política de nucleação e de transporte escolar. Os sistemas de ensino consideram o fechamento de escolas a alternativa mais plausível para enfrentar os problemas das escolas localizadas nas áreas rurais e distantes dos centros urbanos. O fechamento das unidades escolares, para além de tornar as escolas mais distantes para os estudantes e suas famílias, fragiliza as relações sociais das comunidades que



tinham as escolas como espaços de convívio social, de socialização de saberes, de trocas e de encontros[7].

O estado de Santa Catarina, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), possui uma população total de cerca de 8,1 milhões de habitantes. Quando verificamos o percentual de habitantes por localização, o Censo indica que 88,4% da população reside em áreas urbanas e 11,6% vivem na zona rural. Estamos considerando os valores absolutos sem avaliar as características populacionais dos municípios com baixa densidade demográfica onde ainda predominam características rurais. Mesmo com um percentual de 11,6% da população catarinense vivendo no campo, cabe registrar que estamos retratando uma parcela significativa da população.

A diminuição da população do campo é fato complexo e, em grande parte, resultado do próprio modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que prioriza a produção agropecuária em larga escala, típica do agronegócio e, portanto, não cria alternativas para a permanência da população que gera renda por meio do trabalho de base familiar. Assim, a falta de políticas públicas contínuas voltadas às necessidades dos povos do campo, das águas e das florestas, inclusive as educacionais, cria dificuldades para a permanência, com qualidade de vida, nos diferentes territórios.

No âmbito educacional, os dados de junho de 2025, conforme a base Educação na Palma da Mão, revelam a existência de 291 escolas do campo, quilombola e indígena na rede estadual de educação, considerando as Unidades Executoras e as Unidades Descentralizadas dos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs. As escolas somam 3.440 turmas, com 54.385 matrículas. Destas, 70 possuem organização multisseriada, em 378 turmas, com um total de 1.431 matrículas.

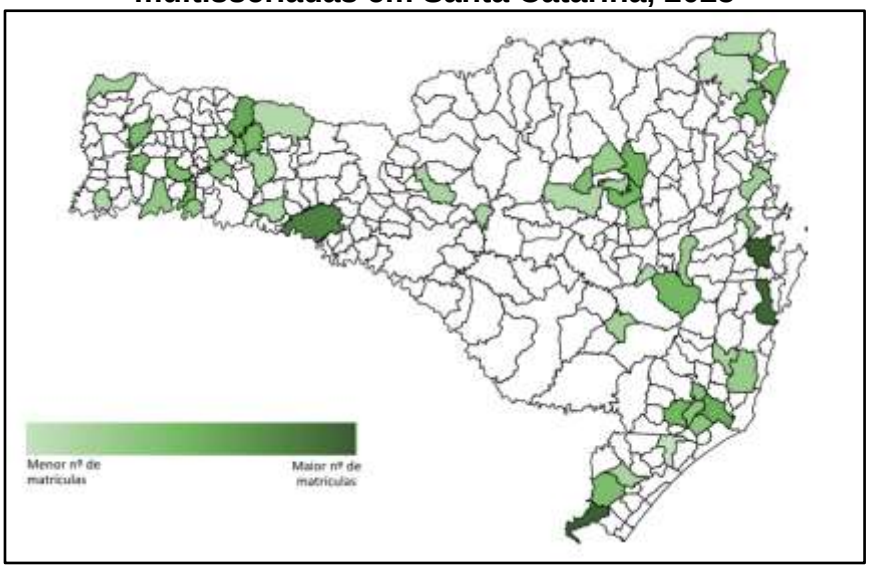
Entre as escolas com turmas multisseriadas estaduais, temos: 47 escolas do campo, com 246 turmas e 1.011 matrículas, sendo Concórdia, no meio oeste catarinense, o município com o maior número de matrículas (64), conforme figura 01;

[7] Os movimentos sociais do campo organizaram uma campanha intitulada “Fechar escola é crime”. A intencionalidade é a de promover debates na sociedade sobre a importância de manter a escola próxima dos sujeitos do campo, para que os mesmos possam ter acesso à educação enquanto direito inalienável.



22 unidades escolares indígenas, com 124 turmas e 391 matrículas, os municípios de Biguaçu e Palhoça, na grande Florianópolis, com 79 e 75 matrículas, respectivamente, possuem o maior número de matrículas no estado; 01 escola quilombola, 08 turmas e 29 matrículas, localizada no município de Praia Grande, no Sul de Santa Catarina.

Figura 01: Distribuição espacial das escolas do campo com turmas multisseriadas em Santa Catarina, 2025

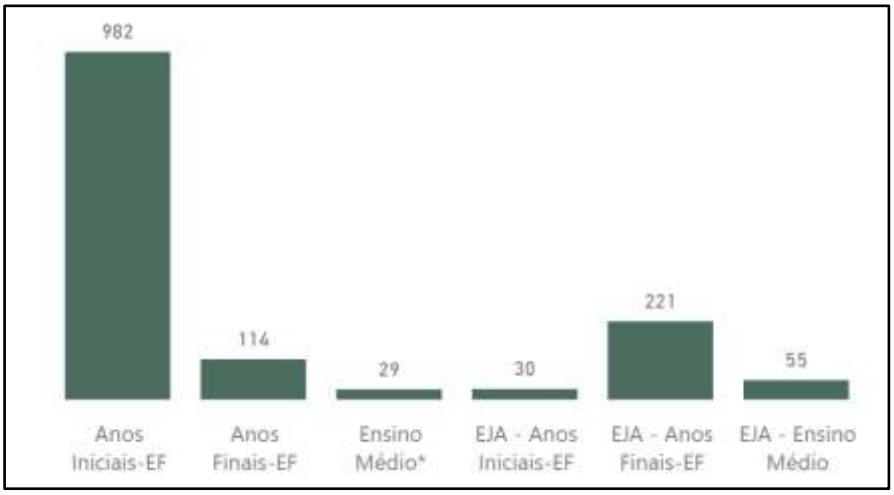


Fonte dos dados: SISGESC/SED-SC (06/2025). Disponível no *site* Educação da Palma da Mão.

O maior número de matrículas das escolas estaduais multisseriadas é dos anos iniciais do Ensino Fundamental, representando 68.62% do total de matrículas das multisseriadas (Gráfico 02).

Gráfico 02: Distribuição do total de matrículas nas escolas do campo com turmas multisseriadas por etapa/modalidade de ensino, 2025





Fonte dos dados: SISGESC/SED-SC (06/2025). Disponível no *site* Educação da Palma da Mão.

Ainda, foi possível identificar a existência de 12 unidades escolares multisseriadas do campo localizadas em áreas urbanas[8]. Estas unidades totalizaram, em junho de 2025, 269 matrículas, sendo a maioria (165 matrículas) na Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental .

Conclusão

Ainda que de forma breve, buscamos relacionar os estudos teóricos com os dados sistematizados, demarcando sínteses possíveis para o momento da pesquisa, que encontra-se em andamento. As escolas multisseriadas, enquanto instituições históricas no campo brasileiro cumpriram e, ainda cumprem, importante função na formação dos povos do campo, das águas, das florestas, indígenas e quilombolas. Sua existência oportuniza aprendizados, vivências, encontros e valorização dos territórios onde estão situadas.

O estado de Santa Catarina acompanha a tendência do país de diminuição das escolas do campo, privilegiando o fechamento e nucleação das instituições, ainda que essa política desconsidere, em grande medida, os vínculos comunitários que as escolas inseridas nos territórios proporcionam para o desenvolvimento das crianças.

[8] De acordo com o Decreto 7.352/2010, que orientou o levantamento de dados do “Educação na Palma da Mão”, compreende-se como escola do campo “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (Brasil, 2010).



Apesar disso, elas estão presentes e, sendo assim, precisam ser consideradas nas políticas públicas, inclusive na sua especificidade em relação ao trabalho pedagógico. Na rede estadual de ensino, considerando-se as unidades escolares e as unidades descentralizadas, as escolas do campo representam cerca de 23%. Entre as escolas do campo, 24,05% possuem turmas organizadas em multissérie.

As escolas multisseriadas não podem ser pensadas como forma de atendimentos aos estudantes que estão distantes dos centros urbanos ou em territórios com pouca densidade demográfica. É fundamental pensar as escolas multisseriadas como processo formativo e de garantia de direito à educação. As escolas devem possuir estruturas físicas adequadas, com projeto político pedagógico construído com a comunidade escolar e com formação continuada de professores. As escolas multisseriadas carregam a potencialidade outras formas de organização escolar e de processos coletivos na apreensão e construção do conhecimento.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC Nº 538, de 24 de julho de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, 2025. Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-538-de-24-de-julho-de-2025-644409910. Acesso em: 29 jul. 2025.

HAGE, S. Escolas Multisseriadas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F.. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de educação, 2010. Disponível em: http://trabalhodocente.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=279. Acesso em: 29 jul. 2025.

HAGE, S. Transgressão do Paradigma da (multi)Seriação como referência para a construção da Escola Pública do Campo. Educação & Sociedade. n. 129, v. 35,



2014. Disponível em https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144531 Acesso em: 29 jul. 2025.

HAGE, S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.). **Escola de Direito:** reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MAIA, M. C. Z. As escolas multisseriadas como possibilidade de concretização do direito à educação. **Periferia.** [S. l.], v. 13, n. 1, p. 196–216, 2021. Disponível em: Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/55833. Acesso em: 29 jul. 2025.

SANTOS, F. J. S. dos; MOURA, T. Vl. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, I.; HAGE, S. (org.). **Escola de Direito:** reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 35-47.